

Artigo

Desenvolvimento sustentável: aspectos históricos e sociais do surgimento do conceito

Sustainable development: historical and social aspects of the emergence of the concept

Antoniél dos Santos Gomes Filho¹, Analina Lima Sales², Érika Romana Gomes³, Estelita Lima Cândido⁴, Diego Coelho do Nascimento⁵ e Mira Raya Paula de Lima⁶

¹Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade Federal do Cariri com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PRODER/UFCA-CNPq). E-mail: antoniél.gomes@urca.br;

²Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA). E-mail: analina.sales@aluno.ufca.edu.br;

³Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA). E-mail: erika.gomes@aluno.ufca.edu.br;

⁴Doutora em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia (RENOBIO). E-mail: estelita.lima@ufca.edu.br;

⁵Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br;

⁶Doutora em Química Biológica pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: mira.raya@ifce.edu.br;

Submetido em: 01/11/2024, revisado em: 07/11/2024 e aceito para publicação em: 08/11/2024.

Resumo: O conceito de Desenvolvimento Sustentável, possui uma história recente. Pensando em sua genealogia, cabe ressaltar que se está diante de um conceito produzido no século XX, elaborado no pós-guerra, momento em que a comunidade global inicia um movimento para manutenção da vida humana no planeta, após as atrocidades realizadas durante as duas grandes guerras. Assim, cabe questionar-se: como a literatura especializada sobre Desenvolvimento Sustentável apresenta os processos de formação histórica e social do conceito? O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão bibliográfica da literatura sobre a formação histórica e social do conceito de Desenvolvimento Sustentável, com vistas a produção de um texto introdutório sobre a temática. Metodologicamente, o estudo é de caráter qualitativo e consiste em uma revisão bibliográfica da literatura. Pode-se considerar que a criação do conceito de DS é atravessado por conjunturas históricas e sociais, com destaque para os acontecimentos do período pós-guerras, que produziram tensões mundiais em torno da manutenção da paz mundial, bem como o não-uso de tecnologias armamentistas por parte das nações. Conclui-se que o contexto histórico e social precedente a década de 1980, que marca o surgimento oficial do conceito de DS, é fundamental para compreender como surgiram as preocupações mundiais sobre os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Século XX; Genealogia

Abstract: The concept of Sustainable Development has a recent history. Thinking about its genealogy, it should be noted that this is a concept produced in the 20th century, developed in the post-war period, when the global community began a movement to maintain human life on the planet, after the atrocities carried out during the two great wars. The question therefore arises: how does the specialized literature on Sustainable Development present the historical formation processes of the concept? The aim of this article is to present a bibliographical review of the literature on the historical formation of the concept of Sustainable Development, with a view to producing an introductory text on the subject. Methodologically, the study is qualitative and consists of a bibliographical review of the literature. It can be considered that the creation of the concept of SD is crossed by historical and social conjunctures, with emphasis on the events of the post-war period, which produced global tensions around the maintenance of world peace, as well as the non-use of weapons technologies by nations. We conclude that the historical and social context prior to the 1980s, which marks the official emergence of the SD concept, is fundamental to understanding how global concerns about the impacts of human activities on the environment arose.

Keywords: Sustainable Development; 20th century; Genealogy.

1 INTRODUÇÃO

Os debates sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) têm ocupado os espaços públicos, acadêmicos, econômicos e sociais desde fins da década de 1980, momento em que o adjetivo “sustentável” entra em cena, acompanhando o substantivo “desenvolvimento”, produzindo assim uma nova ideia sobre desenvolvimento das sociedades correlacionadas aos aspectos econômicos materiais de enriquecimento individual e coletivo (Veiga, 2005).

É notório observar que o conceito: Desenvolvimento Sustentável, possui uma história recente. Pensando em sua genealogia, cabe ressaltar que se está

diante de um conceito produzido no século XX, elaborado no pós-guerra, momento em que a comunidade global inicia um movimento para manutenção da vida humana no planeta, após as atrocidades realizadas durante as duas grandes guerras. Assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável vai sendo atravessado por ações políticas e reflexões em torno da manutenção dos recursos naturais, na melhoria da qualidade de vida em âmbito social, e nas formas de economia que produzem o desenvolvimento. Assim, cabe questionar-se: como a literatura especializada sobre Desenvolvimento Sustentável apresenta os processos de formação histórica e social do conceito?

Diante desse cenário, o presente estudo tem

como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica da literatura sobre a formação histórica e social do conceito de Desenvolvimento Sustentável, com vistas a produção de um texto introdutório sobre a temática. No âmbito metodológico o estudo é de caráter qualitativo e consiste em uma revisão bibliográfica da literatura. Conforme Sousa, Oliveira e Alves (2021), as pesquisas de revisão bibliográfica produzem uma atividade de levantamento de dados de materiais já publicados sobre o tema em debate, produzindo um trabalho intelectual analítico e crítico. Assim, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online*, Google Acadêmico e *Books* e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, tendo o termo “Desenvolvimento Sustentável” como descritor.

Seguindo as orientações de Lakatos e Marconi (2003), Severino (2013) e Sousa, Oliveira e Alves (2021), quando apontam que os materiais selecionados para leitura e análise devem apresentar confiabilidade científica, o estudo selecionou livros, artigos completos publicados em periódicos científicos e anais de eventos, teses e dissertações que apresentassem em seu conteúdo os aspectos históricos do Desenvolvimento Sustentável, compondo assim o *corpus* de análise do estudo.

É necessário destacar que há um significativo número de estudos publicados no Brasil que apresentam os aspectos históricos e sociais de formação do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, o presente estudo é oriundo das aproximações teóricas dos autores/as em formação de mestrado com a temática, no âmbito das discussões sobre Epistemologia e Método de Pesquisa, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri. Desse modo, o presente estudo, junta-se ao conjunto de publicações sobre o tema, podendo servir de texto/manuscrito introdutório sobre a temática do DS, para novos estudantes de graduação e pós-graduação no âmbito das ciências ambientais, ciências sociais e humanas.

Os autores/as do manuscrito agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o fomento para o desenvolvimento da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DO SURGIMENTO DO CONCEITO

É notório observar que a literatura que versa sobre o surgimento e/ou “nascimento” do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), tem como marco histórico o relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também denominada Comissão de Brundtland, que em 1987 divulgou o conceito de Desenvolvimento Sustentável (Estender; Pitta, 2008; Barbosa, 2008). Todavia, vale ressaltar que, a comissão faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo assim necessário compreender os contextos históricos e sociais de criação da ONU, para então compreender a trajetória de formulação e surgimento do conceito de DS.

As reflexões sobre a manutenção da vida no planeta Terra se intensificaram após o fim da Segunda

Guerra Mundial, que acabou em setembro de 1945 com a rendição japonesa. Como diz Mathias (1986):

[...] a experiência das duas grandes guerras deste século, revelou-nos não só o carácter planetário que os confrontos assumiram; mas também a capacidade de destruição das armas modernas. Da consciência destas realidades nasceu a convicção de que se impunha criar um sistema internacional que procurasse assegurar, a nível global, a manutenção da paz e da estabilidade coletiva entre os Estados, bem como garantir o progresso social da humanidade (Mathias, 1986, p. 37).

Pode-se, portanto, apontar que as preocupações em relação a paz e a não destruição do planeta, estava para além falecimento de pessoas e destruição dos Estados por conta dessas armas, estava também imbuído o medo a destruição do meio ambiente natural.

Fischmann (2001, p. 67), também salienta os horrores e traumas coletivos caudados pela “[...] barbárie do Holocausto e o horror de Hiroshima e Nagasaki.”, surgindo assim a necessidade de criação de um organismo internacional de mediação entre as nações mundiais, logo, “[...] a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, expressou, com a Carta de São Francisco, o reconhecimento da dependência mútua e da necessidade impostergável de uma ação conjunta de diferentes povos”. Na carta de São Francisco ou Carta das Nações Unidas, fica evidente a preocupação com a paz e a segurança mundial, bem como o reconhecimento do princípio de igualdade e soberania dos membros, buscando de modo pacífico resolver controvérsias internacionais (ONU, 1945).

A criação da ONU enquanto organismo internacional foi fundamental para a consolidação de preocupações globais com o meio ambiente, e suas interrelações com as perspectivas do crescimento e desenvolvimento econômico e social global. Assim, a ONU tem nas últimas décadas promovido debates sobre as questões ambientais, publicando uma série de documentos norteadores para seus países-membros, possam planejar e desenvolver políticas públicas em consonância com o DS (Pessini; Sganzerla, 2016).

Conforme Veiga (2005), às demandas globais sobre o desenvolvimento econômico são enfatizadas na década de 1970, em especial no contexto das mudanças econômicas em torno da crise do capitalismo nos países de “primeiro mundo”, que atingem diretamente os chamados países do “terceiro mundo”, que, no contexto latino-americano são atravessados por governos autoritários, e atravessados pelo simbolismo construído durante a Guerra Fria. Nesse ínterim, Scifoni (2002, p. 145), em resenha ao trabalho de Wagner Ribeiro, aponta que o autor apresenta o conceito de *Ordem Ambiental Internacional*, que “[...] expressa-se por meio de acordos e tratados que buscam uma gestão do meio ambiente, ultrapassando as fronteiras dos Estados Nacionais”.

Nesta configuração global de acordos e tratados, surgem as preocupações da ONU em relação às questões ambientais e climáticas (Gonçalves; Gomes, 2023). Sachs (2002), aponta que foi no início da década de 1970 que as

Nações Unidas iniciaram uma preocupação mais enfática com as questões ambientais na agenda internacional. Nesse sentido, Pessini e Sganzerla (2016), apontam que a Conferência de Estocolmo em 1972, ocorrida na Suécia, marca o início das grandes conferências mundiais sobre meio ambiente e clima por parte da ONU.

Barbieri (2020), destaca que foi apenas no século XX que houve uma preocupação com as explicações em torno dos diferentes padrões de crescimento econômico entre os países, produzindo assim a chamada: Teoria Econômica do Desenvolvimento, e, como visto, apenas na segunda metade do século XX, é que, no conjunto dessas explicações teóricas que as questões da sustentabilidade, inicialmente, voltadas às questões ambientais são ampliadas para as questões econômicas e sociais.

Barbieri (2020, p. 19), aponta a preocupação da ONU com o desenvolvimento, que neste momento histórico era pensado em uma dimensão estritamente econômica, assim, entre as décadas de 1960 e 1970 as Nações Unidas elaboraram programas de redução da pobreza dos países subdesenvolvidos, que tinham como características comuns “[...] a pobreza extrema da maioria de suas populações, altas taxas de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida ao nascer, altas taxas de analfabetismo, déficits habitacionais e assentamentos humanos precários”, onde, unidos a estrutura econômica desses países, que era baseada na produção de *commodities* agrícolas e minerais, geram oscilações de mercado e dependência de exportação.

Juntam-se a essa preocupação as questões ambientais, atravessada por uma percepção global de avanço técnico da humanidade, que poderia criar tecnologias de melhoramento da vida humana e ao mesmo tempo exterminá-la. Surge então uma onda de conscientização ambiental, que tornou pública a ideia de que a natureza era limitada, esse processo de “revolução ambiental” produziu uma nova ética e novos epistemes sobre as ideias e teorias de desenvolvimento (Sachs, 2002).

Nesse sentido, Barbieri (2020), vai destacar que o “surto” de crescimento econômico vai agravar os problemas ambientais, que até então eram pensados como questões locais e nacionais, e começam a ser pensados de modo transfronteiriços e globalmente, onde, em 1969 o governo sueco propõe a ONU uma conferência mundial para tratar das questões ambientais, abrindo assim espaço para pensar as relações entre meio ambiente e desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), foi sediada em Estocolmo, capital sueca, em 1972, sendo considerada um dos marcos para a construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável (Sachs, 2002; Veiga, 2015; Oliveira; Moreira, 2019; Barbieri, 2020). Sachs (2002, p. 49), vai apontar que a CNUMAH foi precedida pelo encontro Founex em 1971, que visava discutir as dependências entre desenvolvimento e meio ambiente, surgindo destes debates a “[...] ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra.”.

Ainda em análise sobre a preparação dos países para a CNUMAH, Sachs (2002), aponta que haviam duas visões opostas sobre o desenvolvimento, de um lado os abundantes, e do outro os catastrofistas. Os que defendiam uma visão de abundância, observavam as preocupações com o meio ambiente como uma forma de atraso do desenvolvimento, em específico dos países em desenvolvimento, que deveriam dar prioridade à aceleração do crescimento. Logo, os impactos ambientais causados pela aceleração do desenvolvimento, poderiam ser solucionados pelas tecnologias, mantendo assim o processo social. Os defensores da visão catastrófica e/ou pessimista, eram vozes do “apocalipse para o dia seguinte”. Defendiam a ideia de que, ao final do século XX, a humanidade poderia estar em estado caótico, onde poderia haver o desaparecimento da humanidade pela falta de recursos naturais e pela poluição.

Por fim, quando ocorreu a CNUMAH, nenhuma das duas visões ganhou força, sendo necessário buscar uma “[...] alternativa média entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico”, pois, a ideia de crescimento econômico zero não fazia sentido, diante das múltiplas realidades das nações globais, ao mesmo tempo que “[...] a conservação da biodiversidade não pode ser equacionada com a opção de não-uso dos recursos naturais precípuos” (Sachs, 2002, p. 52-53).

É nesse movimento de encontrar o “caminho do meio” que vai surgir o ecodesenvolvimento, que, conforme salientado por Barbieri (2020), constitui-se em um novo tipo de desenvolvimento, ou seja, cria-se um paradigma que tem por base a integração harmônica dos aspectos sociais, ambientais e econômicos (Sachs, 2002).

O termo ecodesenvolvimento foi gradativamente substituído pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável a partir da década de 1980. Veiga (2015) e Barbieri (2020) apontam a primeira vez que o termo Desenvolvimento Sustentável fora referido, ocorre em um documento intitulado: *Estratégia de Conservação Mundial*, que foi solicitado pelo Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA) as entidades *International Union for Conservation of Nature (IUNC)* e ao *World Wide Fund for Nature (WWF)*.

O conceito de DS começa a ganhar proporções mundiais a partir do relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), intitulado: *Nosso Futuro Comum* (Barbosa, 2008; Estender; Pitta, 2008; Pontes; Figueiredo, 2023). Importante destacar que o Relatório *Nosso Futuro Comum* apresenta o DS como um Direito Humano (Barbieri, 2020). É, portanto, neste relatório que se encontra a definição mais ampla e conhecida de Desenvolvimento Sustentável, mostrando-se ser: “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991, p. 46).

Conforme Barbosa (2008), é necessário apontar que o Relatório *Nosso Futuro Comum*, não vai mais considerar a pobreza generalizada como uma questão inevitável. Como pode ser visto no próprio relatório, o Desenvolvimento Sustentável é perpassado pela promoção das condições básicas da vida humana, e sua melhoria na

qualidade de vida, ou seja, as necessidades que são determinadas social e culturalmente devem buscar formas e padrões de consumo que sejam sustentáveis dentro dos limites ecológicos (CMMAD, 1991).

Desse modo, o desenvolvimento sustentável vai ser atravessado por três grandes questões ou dimensões: a econômica, a social e a ambiental. Pode-se observar como essas questões estão dispostas no relatório, quando em suas conclusões sinalizam que para alcançar o DS é necessário: “[...] um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico de bases confiáveis e constantes; um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado; um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento [...]” (CMMAD, 1991, p. 70).

Desse modo, observa-se que no momento histórico em que o conceito de DS foi apresentado pela primeira vez em documentos oficiais da ONU-CMMAD, há uma preocupação com o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, compreendendo que o seu desenvolvimento estava atrelado em menor ou maior medida ao uso dos recursos naturais, desse modo, a preocupação se materializa em harmonizar de modo sustentável crescimento econômico, com qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

No que tange ao meio ambiente e sua preservação, Russo (2022), nos lembra que o ambiente é um sistema complexo que apresenta múltiplas dimensões, não podendo ser pensado de modo reducionista. Pereira e Curi (2012), lembram que o conceito de meio ambiente é amplo, uma vez que, envolve os aspectos e recursos naturais (bióticos e abióticos), bem como as formas de relação do homem com estes recursos. Assim, uma das preocupações contemporâneas é a conservação e preservação dos recursos naturais, Stoffel e Colognese (2015), aponta que as relações entre meio ambiente e economia no âmbito do DS deve ser atravessada pela criação de critérios de gestão nacional e internacional para buscar produzir uma harmonia entre meio ambiente (natureza) e economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto em: Sachs (2002), Barbosa (2008), Estender e Pitta (2008), Veiga (2015) e Barbieri (2020), foi a partir do relatório *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e/ou Comissão de Brundtland, que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi divulgado em níveis globais, criando assim um novo olhar sobre o desenvolvimento, incluindo o campo teórico e metodológico do pensamento econômico, social e ambiental em torno das ideias de desenvolvimento.

Deve-se considerar que a criação do conceito de DS é envolto por conjunturas históricas e sociais, com destaque para os acontecimentos do período pós-guerras, que produziram tensões mundiais em torno da manutenção da paz mundial, bem como o não-uso de tecnologias armamentistas por parte das nações.

Observar o contexto histórico e social precedente da década de 1980, que marca o surgimento

oficial do conceito de DS, é fundamental para compreender como surgiram as preocupações mundiais sobre os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente, bem como suas formulações para conservar e preservar os recursos para as atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIA

- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento Sustentável: das origens à agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008.
- COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ESTENDER, A. C.; PITTA, T. T. M. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**, v. 2, n. 1, p. 22-28, 2008.
- FISCHMANN, R. Educação, direitos humanos, tolerância e paz. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 11, p. 67-77, 2001.
- GONÇALVES, A. F. G.; GOMES, A. L. S. O discurso do desenvolvimento sustentável: avaliações passadas e proposições futuras. **Cadernos de InterPesquisas**, v. 1, p. 230-243, 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas 2003.
- MATHIAS, L. A ONU e a nova ordem internacional. **Nação e Defesa**, 1986. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2771/1/NeD037_LeonardoMathias.pdf Acessado em: set. 2024.
- MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael Borim de. Desenvolvimento sustentável ou modernização ecológica? Uma análise exploratória. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 137-162, 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v12n2p137. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7583>. Acesso em: 8 out. 2024.
- OLIVEIRA, N. C.; MOREIRA, P. G. O Brasil e as três conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente. **História e Economia**, v. 9, n. 2, p. 99-116, 2011.
- ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas> Acessado em: ago. 2024.
- PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 1, p. 1-14, 2016.
- PONTES, O. M.; FIGUEIREDO, F. F. CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OUTRO MUNDO É POSSÍVEL?. **HOLOS**, v. 1, n. 39, 2023.

RUSSO, R. O. Complex thought: a subject of Sustainability. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 5, 2022.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCIFONI, S. Resenha - RIBEIRO, Wagner Costa et al. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Editora Contexto, 2001. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 11, pp. 145-147, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional. **Revista da FAE**, v. 18, n. 2, p. 18-37, 2015.

VEIGA, J. E. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. **CAVC, Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento**, p. 243-266, 2005.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.